

VOTO

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Com expressa ressalva de minha pessoal convicção *em sentido contrário* ao pensamento jurisprudencial restritivo *hoje prevalecente* nesta Corte quanto à admissibilidade de impetração de “habeas corpus” contra ato monocrático de Ministro do Supremo Tribunal Federal, exposta em votos vencidos por mim proferidos (HC 91.207/RJ – HC 105.959/DF, v.g.), inclusive no recentíssimo julgamento plenário do HC 130.620/RR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, não conheço do presente “writ” constitucional, em atenção e em respeito ao princípio da colegialidade.

É certo que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão virtual realizada entre os dias 24/04/2020 e 30/04/2020, apreciou o HC 130.620/RR, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, impetrado contra decisão monocrática de eminente integrante deste Tribunal, vindo a conhecer, com o concurso do meu voto, de referida ação constitucional, em julgamento no qual restou denegada a pretendida ordem de “habeas corpus”.

Não obstante houvesse momentaneamente prevalecido, em referido julgamento, juízo positivo de cognoscibilidade de “habeas corpus” impetrado contra decisão monocrática de Ministro desta Corte Suprema, em aparente superação de antiga (porém persistente) diretriz jurisprudencial no sentido da incognoscibilidade desse “writ” constitucional, quando deduzido, tal como sucede no presente caso, contra ato praticado por Ministro desta Suprema Corte, o fato processualmente relevante é que essa nova (e fugaz) orientação deixou de subsistir na semana imediatamente subsequente à sua prolação, ocasião em que esta Corte, por seu Egrégio Plenário, restabeleceu, por votação majoritária, sua anterior visão restritiva da matéria, como resulta claro de julgamento consubstanciado em acórdão assim ementado:

“ AGRAVO REGIMENTAL NO ‘ HABEAS CORPUS ’ . IMPETRAÇÃO CONTRA ATO DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL . NÃO CABIMENTO . JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA . APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA N º 606 /STF .

1. Manifesto o descabimento deste habeas corpus, enquanto se volta contra ato de Ministro desta Casa. Consabido que sedimentada a jurisprudência deste STF no sentido, nas palavras de seu eminente Ministro Decano, ' da inadmissibilidade de habeas corpus, quando impetrado contra decisões emanadas dos órgãos colegiados desta Suprema Corte (Plenário ou Turmas) ou de quaisquer de seus Juízes, inclusive quando proferidas em sede de procedimentos penais de competência originária do Supremo Tribunal Federal' (HC 109.021-AGr/SP, Pleno, Rel. Min. Celso de Mello, 18.12.2013).

2. Assentada tal diretriz, na aplicação analógica do enunciado da Súmula nº 606 / STF : não cabe habeas corpus originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em habeas corpus ou no respectivo recurso.

3. Agravo regimental conhecido e não provido."

(HC 181.667-AgrR/DF, Rel. Min. ROSA WEBER, Pleno – grifei)

É certo que já tive o ensejo de assinalar, em diversas decisões por mim proferidas nesta Suprema Corte (HC 184.675-MC/PA – HC 186.039- -MC/SP – HC 186.331-MC/RJ, v.g. , dos quais fui Relator), que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entendia possível o ajuizamento desse " writ " em face de decisões monocráticas proferidas pelo Relator da causa (HC 84.444-AgrR/CE, Rel. Min. CELSO DE MELLO – HC 85.099/CE, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, v.g.), muito embora inadmissível, para o Pleno, impetração de " habeas corpus " contra decisão colegiada de qualquer das Turmas desta Suprema Corte, ainda que resultante do julgamento de outros processos de " habeas corpus " (Súmula 606/STF) ou proferida em sede de recursos em geral, inclusive aqueles de natureza penal (RTJ 88/108).

Ocorre, no entanto, que essa diretriz jurisprudencial modificou-se, pois o Plenário desta Corte passou a não mais admitir " habeas corpus ", quando impetrado contra Ministros do Supremo Tribunal Federal (HC 91.207/RJ, Red. p/ o acórdão Min. EROS GRAU – HC 100.397/MG, Red. p/ o acórdão Min. CÁRMEN LÚCIA – HC 100.738/RJ, Red. p/ o acórdão Min. CÁRMEN LÚCIA – HC 104.843-AgrR/BA, Rel. Min. AYRES BRITTO – HC 107.325/PR, Red. p/ o acórdão Min. CÁRMEN LÚCIA, v.g.):

" ' HABEAS CORPUS '. Ação de competência originária. Impetração contra ato de Ministro Relator do Supremo Tribunal Federal. Decisão de órgão fracionário da Corte. Não conhecimento. HC não conhecido Aplicação analógica da súmula 606. Precedentes. Voto vencido. Não cabe pedido de 'habeas corpus' originário para o

tribunal pleno, contra ato de ministro ou outro órgão fracionário da Corte.”

(HC 86.548/SP , Rel. Min. CEZAR PELUSO – grifei)

“ AGRAVO REGIMENTAL . ‘ HABEAS CORPUS ’ PROCESSUAL PENAL . IMPETRAÇÃO DIRIGIDA CONTRA DECISÃO SINGULAR DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL . APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 606 . NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO ‘ WRIT ’ . DECISÃO RECORRIDA EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA NOSSO TRIBUNAL . AGRAVO DESPROVIDO .

1 . A recente orientação jurisprudencial desta nossa Casa de Justiça é no sentido do descabimento da impetração de ‘habeas corpus’ contra ato de Ministro Relator do próprio Tribunal, por aplicação analógica da Súmula 606/STF. (Cf. HC 100.738/RJ , Tribunal Pleno, redatora para o acórdão a ministra Cármen Lúcia, DJ 01/07/2010; HC 101.432/MG , Tribunal Pleno, redator para o acórdão o ministro Dias Toffoli, DJ 16/04/2010; HC 91.207/RJ , Tribunal Pleno, redator para o acórdão o ministro Eros Grau, DJ 05/03/2010; HC 99.510-AgR/MG , Tribunal Pleno, da relatoria do ministro Cezar Peluso, DJ 16/10/2009; HC 97.250-AgR/SP , Segunda Turma, da relatoria da ministra Ellen Gracie, DJ 07/08/2009; HC 86.548/SP , Tribunal Pleno, da relatoria do ministro Cezar Peluso, DJ 19/12/2008).

2 . Agravo regimental desprovido . ”

(HC 103.193-AgR/RJ , Rel. Min. AYRES BRITTO – grifei)

Como anteriormente já acentuado , esse antigo entendimento, após o exame do HC 130.620/RR (que teve efêmera existência), voltou a subsistir como orientação jurisprudencial uma vez mais reafirmada pelo próprio Plenário desta Suprema Corte, como pode destacar , em passagem anterior deste voto , a propósito do precedente novamente estabelecido no recentíssimo julgamento do HC 181.667-AgR/DF , Rel. Min. ROSA WEBER, em decisão que não conheceu de “ habeas corpus ” impetrado contra ato monocrático de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Não constitui demasia rememorar que essa orientação, que já se tornara tradicional nesta Corte , ajusta-se a recentes e sucessivos julgados, monocráticos e colegiados , proferidos em sede de “ habeas corpus ” deduzidos contra decisões monocráticas de Ministros do Supremo Tribunal Federal (HC 136.185-AgR/DF , Rel. Min. CELSO DE MELLO – HC 142.981-AgR/PR , Rel. Min. GILMAR MENDES – HC 146.935-AgR/DF , Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – HC 148.028-AgR/SP , Rel. Min. LUIZ FUX – HC 150.700/GO , Rel. Min. EDSON FACHIN – HC 153.719/SP , Rel. Min.

ROBERTO BARROSO – HC 153.769/RJ , Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES – HC 153.909-MC/MG , Rel. Min. CELSO DE MELLO – HC 167.855-AgR/RS , Rel. Min. CELSO DE MELLO, v.g.):

“ ‘ Habeas corpus ’. Impetração contra ato jurisdicional de Ministro da Corte . Não cabimento . Aplicação analógica da Súmula nº 606/STF . Precedentes . ‘ Habeas corpus ’ do qual não se conhece .

1 . A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal está consolidada no sentido do não cabimento de ‘habeas corpus’ originário para o Tribunal Pleno contra ato jurisdicional de ministro ou órgão fracionário da Corte, seja em recurso ou em ação originária de sua competência.

2 . De rigor , portanto, a aplicação analógica do enunciado da Súmula nº 606 , segundo a qual ‘não cabe ‘habeas corpus’ originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma, ou do Plenário, proferida em ‘habeas corpus’ ou no respectivo recurso’.

3 . ‘Habeas corpus’ do qual não se conhece. ”

(HC 115.787/RJ , Red. p/ o acórdão Min. DIAS TOFFOLI – grifei)

“ AGRAVO REGIMENTAL NO ‘ HABEAS CORPUS ’. PENAL E PROCESSUAL PENAL . ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DE RECURSO . ‘ HABEAS CORPUS ’ IMPETRADO EM FACE DE ATO JURISDICIONAL DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL . ‘ WRIT ’ MANIFESTAMENTE INCABÍVEL . SÚMULA Nº 606 DO STF . PRECEDENTES . INADMISSIBILIDADE . AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO .

1 . O ato jurisdicional de Ministro do Supremo Tribunal Federal é insindicável pela via do ‘ habeas corpus ’ (Súmula nº 606/STF) . Precedentes : HC nº 91.207/RJ , Tribunal Pleno, Rel. p/ acórdão Min. Eros Grau, Pleno , DJe de 05/3/2010; HC nº 100.397/MG , Tribunal Pleno, Rel. p/ acórdão Min. Cármen Lúcia, DJe de 01/7/2010; HC nº 104.843-AgR/BA , Tribunal Pleno , Rel. Min. Ayres Britto, DJe de 02/12 /2011; HC nº 131.309-ED , Primeira Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJe de 28/06/2016; HC nº 133.091-AgR , Tribunal Pleno , DJe de 05/08 /2016; e HC nº 105.959 , Tribunal Pleno , Rel. p/ o acórdão Min. Rosa Weber, DJe de 06/09/2016.

2 . ‘ In casu ’ , o paciente encontra-se preso cautelarmente no âmbito da ‘ Operação Lava Jato ’ , e pretende seja determinada a inclusão em pauta de julgamento de Agravo Regimental em ‘ Habeas Corpus ’ , que se encontra sob a relatoria de outro Ministro desta Corte.

3 . Esta Corte sufraga o entendimento no sentido de que a complexidade do feito afasta o reconhecimento do excesso de prazo . Necessidade de se aferir a duração razoável do processo à luz das especificidades do caso concreto.

4 . Agravo regimental desprovido . ”

(HC 145.060-AgR/PR , Rel. Min. LUIZ FUX – grifei)
“ **AGRAVO REGIMENTAL EM ‘ HABEAS CORPUS ‘ .
PROCESSUAL PENAL . ‘ WRIT ‘ IMPETRADO CONTRA DECISÃO
DE MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .
IMPOSSIBILIDADE . SÚMULA 606/STF . AGRAVO REGIMENTAL
AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO .**

I – De acordo com a Súmula 606/STF , não cabe ‘writ’ originário para o Tribunal Pleno de decisão de Turma ou do Plenário proferida em ‘habeas corpus’ ou no respectivo recurso.

II – Com base nessa mesma orientação , passou-se a não admitir ‘ habeas corpus ‘ contra decisão monocrática de Ministro da Corte . Esse entendimento foi reafirmado recentemente no julgamento do HC 105.959/DF.

III – Agravo regimental a que se nega provimento.”

(HC 146.650-AgR/DF , Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI – grifei)

Sendo assim , em face das razões expostas , e considerando , notadamente , o recentíssimo julgamento plenário firmado no exame do HC 181.667-AgR/DF , Rel. Min. ROSA WEBER, acompanho , integralmente, o douto voto proferido pelo eminente Ministro Relator, não conhecendo , em consequência , da presente ação de “ habeas corpus ”.

É o meu voto .

Plenário Virtual - minuto de voto